

SEGUNDA PARTE

LAUDOS DE  
“IDENTIFICAÇÃO ÉTNICA E  
TERRITÓRIOS TRADICIONAIS”



## REMANESCENTES DE QUILOMBOS: REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS

---

José Carlos Gomes dos Anjos\*

No convênio assinado entre a Fundação Cultural Palmares e a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Rio Grande do Sul, em 2001, relatórios técnicos visando processos de titulação de “comunidades remanescentes de quilombos” foram definidos como instrumentos que reúnem “evidências étnicas, históricas, sociais e econômicas do grupo que possam atestar um direito e que, comprovando o desrespeito pelos direitos dessas comunidades tradicionais, permitiria que se processasse a sua regulamentação jurídica”.

Este artigo resulta de reflexões sobre o processo de elaboração de um desses relatórios técnicos: o de São Miguel, no município da Restinga Seca. As insinuações teóricas aqui reunidas resultam do desdobramento de reflexões epistemológicas a partir das dificuldades “técnicas” da delimitação da área pertencente à comunidade. É quando se pede ao antropólogo que defina (de uma vez por todas?) qual é a “delimitação das terras, sua cartografia e memorial descritivo” (Lei nº 11.731, de 9 de janeiro de 2002, da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul), que o laudo antropológico é jogado na situação-limite da relação de perícia, que é similar a “do contador a quem a autoridade judiciária pede para fazer o balanço financeiro de uma empresa” (Lenoir, 1998: 94). Portanto, não se trata apenas de um mandato técnico, mas de uma exigência de contribui-

---

\* Antropólogo, professor do Departamento de Sociologia da UFRGS.

ção para a institucionalização de processos administrativos que tendem a imobilizar e fixar fronteiras fundiárias que não foram necessariamente vivenciadas pelos moradores segundo o modelo cartográfico oficial. Fica, assim, particularmente exposto, no momento da definição da “área” que cabe à “comunidade”, o caráter de perícia instituinte que os órgãos oficiais impõem àquele que elabora um laudo antropológico.

Grosso modo, essa forma de abordar aquele que elabora um laudo – com o dedo em riste dirigido à usurpação do papel de censor – constitui a abordagem que, por comodismo, chamarei neste artigo de “perspectiva crítica”. Na medida em que, sob essa abordagem, “o trabalho do dizer verdadeiro” se realiza, em grande medida, como insurgência contra o “já dito” – o laudo, por exemplo – e a ciência, por redobramento, como o processo de retificação, correção e reelaboração, proporcionado pelo deslocamento em relação à demanda imediata pela definição das fronteiras do objeto, o olhar, dirigido às reorganizações em profundidade do modo de produção da teoria, dissolve toda a pretensão de intervenção instituinte. O jogo, no fazer científico, se dá como constante processo de revelação de “caminhos para o erro” – tanto no senso comum, na *doxa* instituída, quanto nos estados anteriores da ciência e que podem ser revisados, evitados e expostos. Os resultados são, sob essa postura epistemológica, aquisições sempre provisórias e, portanto, inconsistentes para a fundamentação, em última instância, de um processo jurídico que acabaria contribuindo para instituir, simultaneamente, o arbitrário de um estado provisório das lutas sociais e um momento do fazer científico.

Numa discussão epistemológica que contrapõe essa perspectiva crítica esboçada acima e uma abordagem que, de modo algo apressado, se poderia chamar de pragmática, este artigo expõe reflexões epistemológicas sobre as bases e as conseqüências do labor do laudo. Busca-se, aqui, explorar a distância entre duas lógicas do fazer científico que se debatem com o fato da efemeridade dos fundamentos, das modalidades e dos resultados do fazer científico.

Em contraposição à abordagem crítica, reúno sob o rótulo de “pragmáticas” as posturas que se recusam em separar a dimensão analítica do fazer científico do empreendimento “nativo”, que nomeia e institucionaliza arbitrários. Aqui, sob essa outra perspectiva, a análise se entranha nas vicissitudes do movimento

da nomeação, sendo o momento crítico parte do processo de fixação do factual. Se determinados sujeitos estariam emergindo como remanescentes de quilombos, seria na medida em que o laudo se apresentaria como escrita e fato político que se estabelece no momento de fechamento do real. Algo humano e não-humano, jurídico e científico, político institucional e insurgente, o território delimitado pelo laudo seria um híbrido, nem apenas fato, nem tão somente ficção ou fetiche: seria um *fetiche*, se se pudesse aqui empregar o termo de Latour (1994).

Na primeira parte do artigo, exponho as exigências de reflexividade de uma sociologia crítica. A título de ilustração, na seqüência da breve exposição dos eixos epistemológicos de uma abordagem crítica, de modo esquemático analiso a arena de emergência de um laudo antropológico. Na segunda parte do artigo explora-se uma outra possibilidade de uma reflexão epistemológica – na verdade um conjunto heterogêneo de posturas reunidas a título de abordagem pragmática em ciências sociais. Nas considerações finais busca-se conciliar as duas vertentes epistêmicas numa proposta de possibilidade de reflexão epistemológica sobre o laudo, simultaneamente crítica e pragmática.

#### Uma aposta filosófica radical na Sociologia

É fácil demonstrar que os “estranhos anos 60” do debate filosófico e sociológico francês provêm de uma mesma matriz filosófico-epistêmica – até porque Foucault, Bourdieu e seus comentadores repetem à exaustão que é contra o existencialismo sartriano que Bachelard e Canguilhem foram jogados, de modo a abrir um novo espaço de problemas alheios “à filosofia do sentido, do sujeito e do vivido” que marcou a apropriação da fenomenologia na França dos anos 50.

*“Mas suprimam Canguilhem e vocês não compreenderão mais grande coisa de toda essa série de discussões que ocorreram entre os marxistas franceses; vocês não mais apreenderão o que há de específico em sociólogos como Bourdieu, Castel, Passeron, e que os marca tão intensamente no campo da sociologia...” (Foucault, 2000: 353).*

E o que os marca tão intensamente?

Sugere Foucault (2000) que é a historicização radical do “saber, da racionalidade e do conceito”. A meu ver, essa historicização – que pode ser tomada como o “a priori” do pensamento contemporâneo – se dá na França, com três marcas distintivas: 1) a ênfase na descontinuidade dos processos de

reorganização do saber, de modo a se desconstituir, simultaneamente, as pretensões de uma História de acumulação linear de conhecimentos e a busca de fundamentações últimas para as ciências; 2) em segundo lugar, a radicalidade da aposta no caráter construído do objeto, que retira quaisquer possibilidades de aproximação entre a intervenção sociológica ou arque-genealógica e as teorias nativas, o senso comum, a *doxa* instituída ou as retóricas militantes; 3) por fim, a recusa a reflexões intimistas, tanto na relação leitor e autor quanto nas possibilidades de exposição da comunhão intersubjetiva entre o pesquisador e o pensamento e emoções dos pesquisados. Essa recusa se dá em favor de uma reflexividade que toma para análise, não a intimidade dos sujeitos, mas sim a estrutura acadêmica de onde emanam as possibilidades de enunciação em jogo. Tanto em Bourdieu como em Foucault está em jogo analisar e desconstituir a pretensão do saber escolástico enquanto lugar de emanção de projetos que institucionalizam relações de força em nome da racionalização do social.

Quanto à primeira marca, a presença de Bachelard é incisiva. Trata-se de historicizar radicalmente “os modos do dizer verdadeiro”, seus efeitos de relações de poder, sem aceitar a chantagem de que a recusa às filosofias primeiras do conhecimento, em favor da historicização do saber, significa uma queda no irracionalismo. Se o saber científico não é tomado neste solo epistêmico como simplesmente progressivo, a reconstrução das possibilidades do jogo entre o verdadeiro e o falso precisa ser recolocada em novos termos. Retificar, corrigir, reconstituir continuamente os modos do “dizer o verdadeiro” significa, simultaneamente, que o jogo do esclarecimento produz clareiras, mesmo que a acumulação nunca se deixe organizar na longa narrativa do encontro do “homem” com “a verdade”.

*“Concebendo que ela se relaciona com a história dos ‘discursos verdídicos’, ou seja, com os discursos que se retificam, se corrigem, e que operam em si mesmos todo um trabalho de elaboração finalizado pela tarefa do ‘dizer verdadeiro’” (Foucault, 2000: 359).*

A segunda marca distintiva do pensamento francês desses anos 60 – a noção de objeto construído – também tem uma assinatura inaugural em Bachelard. É de Bachelard a noção de que a pesquisa deve reivindicar um realismo próprio da ciência, uma busca da “realidade” que não se compromete com os valores fenomênicos, na forma de problemas triviais do senso comum ou de demandas

oficiais do senso político estabelecido. Em Bachelard, o “real”, reconstruído em laboratório, já sempre está em relação dialética com a “razão científica”. Acima do sujeito e além do objeto imediato, a ciência moderna funda-se no projeto enquanto mediação de um fenômeno que só se apresenta através da teoria encarnada nas técnicas de pesquisa. A experimentação funde o fenômeno, depois de depurado, nos moldes dos instrumentos científicos, e desses instrumentos devemos dizer que são teorias materializadas em formas laboratoriais. Não há fenômeno científico sem a marca da teoria, e a teoria científica demarca-se como “trabalho” porque se encarna em instrumentos de pesquisa. Nesse sentido, a observação científica é sempre uma observação polêmica, é sempre construída numa insurgência contra o modo como o fenômeno se apresenta ao senso comum e como se apresentou no estágio anterior do labor científico.

Nessa injunção epistêmica, não há separação entre a observação científica e a demonstração, entre a demonstração e a polêmica contra o erro. A ciência reconstrói o “real” reconstruindo teoricamente seus esquemas e instrumentos de apreensão num refazer contra o que já foi feito e visto.

Percebe-se com nitidez esse conjunto de injunções epistêmicas nos poucos extratos “mais metodológicos” dos escritos de Foucault. Tratando da evidência com que a “obra” ou o “livro” impõe suas fronteiras ao senso comum, Foucault reduplica a insurgência de Bachelard contra a nitidez dos objetos que se apresentam como “dados”:

*“Trata-se, de fato, de arrancá-las de sua quase-evidência, de liberar os problemas que colocam; reconhecer que não são o lugar tranqüilo a partir do qual outras questões podem ser levantadas (sobre a sua estrutura, sua coerência, sua sistematicidade, suas transformações), mas que colocam por si mesmas todo um feixe de questões (que são? Como defini-las ou limitá-las? A que subconjuntos podem dar lugar? Que fenômenos específicos fazem aparecer no campo do discurso?). Trata-se de reconhecer que elas talvez não sejam, afinal de contas, o que se acreditava que fossem à primeira vista. Enfim, que exigem uma teoria” (Foucault, 1987: 29).*

Reconstruir laboriosamente um objeto é destruir sua evidência para, no lugar do senso estabelecido, fazer emergir um feixe de relações de força de que a “aparência” – o objeto em sua forma primeira – é apenas uma parte, um modo de funcionamento.

O papel da teoria na reconstrução do objeto é, fundamentalmente, o de

impor rupturas: contra a aparência, polemizando contra a evidência com que o “real” se nos apresenta, mas também contra a busca do sentido ou da verdade do fenômeno na intenção do ator (ou autor de uma obra):

*“Para estarmos seguros de não relacioná-la com operadores de síntese puramente psicológicos (a intenção do autor, a forma de seu espírito, o rigor de seu pensamento, os temas que o obcecaram, o projeto que atravessa sua existência e lhe dá significação) e podermos apreender outras formas de regularidade, outros tipos de relações” (Foucault, 1987: 29).*

A injunção à ruptura com o senso estabelecido (como comum, institucional ou científico) obseda de forma mais intensa os escritos de Bourdieu, inserido como esteve na reconstrução dos fundamentos metodológicos dessa ciência – a Sociologia – que lhe parecia particularmente historicizante. Reconstruir o objeto científico é expor estruturas não-evidentes, historicamente contingentes e que tornam possível as evidências da *doxa* estabelecida, comum ou escolástica. É contra a *doxa* que a reorganização conceitual destrói o objeto pré-construído para fazer emergir o inusitado:

*“Todavia, construir um objeto científico é, antes mais e sobretudo, romper com o senso comum, quer dizer, com as representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares-comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, freqüentemente inscritas nas instituições, logo, ao mesmo tempo, na objetividade das organizações sociais e nos cérebros” (Bourdieu: 1999,34).*

Por fim, restaria destacar que da história das ciências resulta um tipo de exercício de reflexividade que tende a colocar a própria instituição de onde emana a pretensão crítica da razão sob suspeita. É, em primeiro lugar, a própria posição de filósofo crítico que se transforma num lugar incômodo, submetido pela análise crítica a um implacável processo de objetivação que o esvazia toda a pretensão de observatório privilegiado do “real”. Mas as recusas em ocupar esse lugar, cunhado de “posição do intelectual total” e emblematicamente atribuído à figura de Sartre, tomam direções diferentes: Bourdieu e Foucault representam, no seguimento da história das ciências, de Bachelard, duas possibilidades de saída para a questão da historicidade do saber filosófico que evitam, simultaneamente, cair numa filosofia da História com os riscos de totalização no presente como realização e de exegese absoluta do passado, e o perigo correlato do historicismo, que reduziria as estruturas internas dos processos de racionalização do real às

contingências dos fatores que lhes são externos. O primeiro risco é mais premente para Bourdieu, o que lhe impõe um deslocamento para fora da Filosofia e uma aposta radical na Sociologia do campo do saber escolástico; o segundo risco, o do historicismo relativista, está mais presente para Foucault, e é contra esse último risco que emerge a alternativa de uma ontologia da vida e do poder. Mas ambos se colocam na busca de alternativas entre Hegel e Heidegger. A questão é escapar de uma filosofia que “válida a si mesma através de sua própria soberania” sem cair numa relativização do esclarecimento “que não pode ser dissociada, em sua história, das inércias, dos embotamentos e das coerções que a submetem” (Bourdieu: 1998, p. 357).

É em Bourdieu que encontramos a proposta mais acabada de buscar as bases para essa saída fora da Filosofia, numa reflexão sociológica sobre as próprias condições de possibilidade da Sociologia. Sob a injunção de uma reflexão radical sobre o lugar de onde emana o discurso com pretensão de ponto de vista privilegiado sobre o real, Bourdieu deserta de vez de qualquer tentativa de buscar na filosofia das ciências bases epistemológicas para a praxiologia a que se propõe. As críticas às pretensões fundantes de sua disciplina de origem – a Filosofia – levam-no a uma Sociologia reconstruída teoricamente como espaço por excelência da destituição das arrogâncias do pensamento escolástico. O que está em jogo é historicizar a “pretensão ao domínio exclusivo de uma verdade”, levando-se em conta que se está enunciando, num espaço de uma multiplicidade, visões em combate. Todos os empreendimentos filosóficos mais relevantes para resolver a contradição – de dizer historicamente a verdade das verdades historicamente construídas – oscilam entre a Filosofia da História (Hegel) e uma ontologia fundante da historicização (Heidegger), e se encaminham para uma mesma lógica, que é a típica do campo filosófico: a des-historicização.

*“Para além das diferenças, têm em comum o fato de aniquilarem a História enquanto tal, fazendo coincidir o alfa e o ômega, a archè e o telos, o pensamento passado com o pensamento presente que o pensa melhor que ele se pensou – segundo a fórmula de Kant que todo o historiador da filosofia reinventa espontaneamente a partir do momento em que entende dar sentido ao seu empreendimento” (Bourdieu, 1998:37).*

É na explicitação dos fundamentos sociológicos da ontologia de Heidegger que as pretensões imperialistas da Sociologia de Bourdieu ficam mais explícitas.

Heidegger estaria anexando a História à Filosofia ao propor uma ontologia cuja ambição denegada é dar um fundamento a si própria que “é inseparável da recusa de tomar conhecimento da gênese empírica dessa ambição” (Bourdieu, 1998: 40).

Contra a hermenêutica ontológica, em sua pretensão de encontrar a força da lucidez numa reapropriação autêntica do sentido originário do passado que sobrepuja os limites inerentes às pré-concepções do historiador, Bourdieu toma o partido do historiador (leia-se o sociólogo) e pretende uma História do campo escolástico como única fonte possível de lucidez (científica).

Se as Ciências Humanas procedem necessariamente a uma historicização de todo o espaço da representação, a Filosofia só pode erguer contra elas uma “historicidade da verdade que as ciências não dominam” e que se dá pela hermenêutica filosófica ou por uma Filosofia da História que está além do labor historicizante das Ciências Humanas.

Desse modo, Bourdieu enquadra o movimento de Foucault, de Derrida e do conjunto da vanguarda da filosofia francesa dos anos 60 no mesmo quadro das lutas da ontologia hermenêutica de Heidegger, como “luta contra as ciências sociais do seu tempo, nomeadamente a que consiste em virar contra as ciências as suas próprias aquisições” (Bourdieu, 1998: 24).

A proposta sociológica é desfazer as pretensões de lucidez filosófica, colocando no lugar do golpe da busca do “sentido originário” a análise histórico-sociológica da lógica específica do campo escolástico e das disposições e crenças socialmente reconhecidas num momento dado do tempo como “filosóficas” ou “científicas”. Essa seria a única possibilidade de escapar parcialmente das contingências dos processos históricos de racionalização sobre essa dimensão do ser que é o saber sobre o real:

*“Referir a história dos conceitos ou dos sistemas filosóficos à história social do campo filosófico parece negar na sua própria essência um ato de pensamento tido por irredutível às circunstâncias contingentes e anedóticas do seu aparecimento” (Bourdieu, 1998: 37).*

O descolamento de Bourdieu em relação à Filosofia transforma a Sociologia num empreendimento sistemático de objetivação, capaz de voltar-se contra si mesmo no movimento de objetivação da relação do sociólogo com relação a

seu objeto de estudo e da própria tentação do sociólogo de objetivar seus concorrentes, fazendo uso da ciência das estratégias para colocar essa estratégia especial – o poder da objetivação – a seu favor de modo privilegiado.

*“O problema do corte põe-se com uma força especial, porque o analista encontra no objeto concorrentes à interpretação do objeto que, freqüentemente, também se apóiam na autoridade da ciência” (Bourdieu, 1998, p54).*

Cada campo escolástico institui um conjunto de pontos de vista comuns e que têm pretensões à universalidade que são necessariamente concorrentes entre si. A sublimação das pretensões imperialistas de cada campo se realiza de forma mais acabada na Sociologia porque só ela explicita como “os agentes, na sua luta para imporem o veredicto imparcial, quer dizer, para fazerem reconhecer a sua visão como objetiva, dispõem de forças que dependem da sua pertença a campos objetivamente hierarquizados e da sua posição nos campos respectivos” (Bourdieu, 1989: 55).

Ao aplicar ao próprio sociólogo essa exegese sociológica, a Sociologia crítica destitui qualquer pretensão de, em nome da ciência, se erigir à posição do censor que traça as fronteiras do real.

Se a socioanálise é sempre um empreendimento arriscado, o é na medida em que categorias e projetos entranhados, os vínculos, as formas de participação, de pertenças objetivas e subjetivas, induzem à formulação de problemáticas práticas, isto é, dadas pela adesão imediata a um mundo familiar. Se a armadilha dos objetos pré-construídos é tanto mais perigosa quanto mais “em casa” o pesquisador estiver, é porque, inserido no espaço “nativo” de formulação de “causas sociais” lavadas pela familiaridade, tende-se a legitimar a existência das “realidades” em construção e em disputa, deixando ocultos os fundamentos das lutas sociais e os processos pelos quais essas lutas ganham sentido. Isso intensifica a necessidade e a exigência de um duplo esforço de objetivação: das adesões militantes e das feitas ou legitimadas em nome da ciência.

#### **A EMERGÊNCIA DA PROBLEMÁTICA QUILOMBOLA NO RIO GRANDE DO SUL**

Busco, nesta parte do artigo, utilizar o arcabouço epistêmico apresentado acima em seus princípios básicos para explicitar o jogo de forças em que emerge o discurso do laudo sobre comunidades remanescentes de quilombos no Rio

Grande do Sul. Em 1996, um núcleo de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina – NUER (Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas) iniciou o levantamento de algo que ficou conceituado como “territórios negros” na Região Sul. Quatro anos depois, os resultados provisórios dessa pesquisa chegaram à Secretaria do Trabalho e Assistência Social do primeiro governo do Partido dos Trabalhadores no Estado do Rio Grande do Sul e se transfiguraram numa série de enunciações públicas que converteram o conceito de “territórios negros” na categoria “comunidades remanescentes de quilombos”. A lógica que impõe a transfiguração da categoria oriunda dos meios acadêmicos “territórios negros” na categoria jurídica e política “comunidades remanescentes de quilombos”, para tornar toda uma população politicamente pensável para os atuais parâmetros de políticas públicas, é tipicamente o que se acusou de início como trabalho institucional de nomeação. Para que 43 agrupamentos negros possam ser nomeados e politicamente pensados como “comunidades remanescentes de quilombos”, é necessário todo um conjunto de pequenas lutas políticas, cujos traços mais recorrentes pretendo destacar aqui. Verdadeira alquimia – que transforma uma matéria acadêmica em substância política e para cuja formatação todo um conjunto de agentes se engaja –, as lutas em torno da questão das comunidades remanescentes coloca em exercício local as mais delicadas questões da relação entre as ciências sociais e o mundo político.

Em primeiro lugar, é preciso considerar que o processo de mediação que imputa a esses agrupamentos a definição de “remanescentes” precisa encontrar neles algumas condições objetivas e subjetivas para poder fazê-los acontecer como “quilombolas”. Entre essas condições encontra-se um tipo de interação com as comunidades vizinhas, construída no estigma e nas múltiplas estratégias de subversão ao estigma, que vão da negação à afirmação positiva da identidade estigmatizada. A grande precariedade das condições sócio-econômicas dessas comunidades, sob os efeitos estruturais do racismo, tende a fortalecer e fazer permanecer a identidade estigmatizada, na medida em que os vizinhos se destacam no estilo de vida, favorecido por condições materiais de existência mais propícias. Entre as precárias estratégias de reprodução do grupo destaca-se a consolidação de uma identidade territorializada pela criação e recriação de mitos de origem ligados à apropriação da terra.

Esses mitos, que por vezes remontam à escravidão, acabam sendo vincu-

lados a frágeis processos de documentação escrita da apropriação da terra.

Porém, mesmo sendo dadas essas condições peculiares de existência, que estão na base do projeto de levantamento feito pelo NUER, nada assegura o encaminhamento dessas comunidades para a auto-identificação com a categoria jurídica “remanescente de quilombos”, geralmente desconhecida da população imputada.

Mesmo quando os mediadores desse processo se recusam ao papel de protagonizar a imputação, é efetivamente esse papel de censor que está em jogo na arena jurídico-administrativa que estabelece o trabalho da identificação como parte do problema social.

Em primeiro lugar porque a aposta política e acadêmica na construção de um relatório técnico para um posterior processo de identificação, demarcação e titularização dessas comunidades só faz sentido se a comunidade pode ser resgatada como remanescente de quilombos. Sobretudo quando programas de constituição de políticas públicas demandam critérios objetivos de classificação que possam constituir uma população para políticas especiais, essa classificação pública que pretende destinar recursos especiais confirma, na injunção que exerce ao engajamento político (nomeadamente a imposição para que a comunidade se organize enquanto associação), a imputação tecnicamente estabelecida.

Uma etnografia dos principais conflitos que emergem nessa arena denota rapidamente que o tema – remanescentes de quilombos – é a ocasião e o pretexto de lutas políticas que não se limitam a encontrar soluções para o problema, mas que, sobretudo, expressam a vontade de controle sobre a formulação pública do problema. A genealogia dessa vontade de potência deve permitir revelar as operações que precedem a institucionalização das soluções para os problemas sociais correlacionados à questão.

Para não correr o risco de demasiadas concessões a um certo utilitarismo na busca de correlações entre as lógicas de engajamento na problemática e as expectativas de retribuição decorrentes, deve-se dizer de início que o que está sendo disputado nesse espaço, na maior parte dos casos, são, sobretudo, bens imateriais. Mas isso não deve fazer cair na posição idealista que faz sucumbir o analista diante das sociodissídias nativas, que quase sempre alicerçam o engajamento no desinteresse. Para escapar a ambos os riscos – o do utilitarismo e o da ideo-

logia da doação desinteressada –, impõe-se aqui a reconstituição das trajetórias e das estratégias dos atores engajados na problemática, para que seja possível agregar indivíduos em torno de lógicas de retribuição e de racionalidades de conduta.

O grupo de agentes que disputa a intervenção nas políticas dirigidas às “comunidades quilombolas” é um agregado de indivíduos diversos quanto ao tipo de retribuição que buscam, aos recursos e à percepção das retribuições oferecidas. A constituição de tipologias a partir de categorias pré-construídas – como o sexo, a idade, a geração e a categoria socioprofissional – não nos permitiria efetivamente entender as causas de engajamento numa problemática como essa. É necessário que o conjunto e a estrutura das propriedades carregadas pelos agentes sejam correlacionados ao modo como, nos diversos espaços de recrutamento, vão se constituindo os interesses e os recursos politicamente pertinentes. Sob a perspectiva epistêmica delineada acima se deveriam correlacionar as estruturas de capitais dos diversos protagonistas ao modo como se formata a arena de disputa da questão quilombola.

A estratégia de pesquisa desenha-se, assim, na reconstituição e tipificação das trajetórias dos principais protagonistas dessa luta pela formação do problema social, e em torno de etnografias de pequenos eventos locais, responsáveis pela emergência do novo tema público no Rio Grande do Sul. Não há espaço, neste artigo, para a exposição do resultado desse tipo de trabalho. Pretende-se, aqui, apenas um esboço ilustrativo e quase caricatural do que uma abordagem crítica faria do estado das relações sociais imanentes à emergência de um laudo.

### **TRAJETÓRIAS MILITANTES**

No Rio Grande do Sul, o problema social nomeado “questão dos remanescentes de quilombos” emergiu simultaneamente ao recrutamento de um conjunto de agentes para atuação junto a esse público especial. Múltiplas lógicas de retribuição se entrelaçam e se opõem no engajamento desses militantes voluntários nessa questão. Os diferentes tipos de retribuição construídos ao longo desse processo político permitem avaliar a racionalidade da conduta dos diferentes tipos de agentes. Circunstâncias de reuniões decisivas para a continuidade dos trabalhos servem também para a confirmação das lógicas de engajamento em jogo. Mas é, sobretudo, dos confrontos e interações reflexivas dos bastidores que

uma etnografia desse espaço político pode se constituir.

Em 2001 foi realizada uma chamada extensa, que atingiu sobretudo o movimento negro: um curso de formação de agentes para atuarem junto às comunidades remanescentes de quilombos. Duzentas e cinqüenta pessoas se inscreveram no curso. Dessas, 94 preencheram um formulário que nos proporcionou dados sumários sobre o perfil dos engajamentos na causa. Esses dados só fazem sentido quando complementados por outros, de um ano e meio de observação participante e do esforço de objetivação da minha adesão pessoal ao projeto.

O inquérito aplicado no processo de recrutamento de militantes para atuação junto às comunidades remanescentes evidencia que 70% dos entrevistados aceitavam a possibilidade de um engajamento não-remunerado e que 30% tinham expectativas de remuneração. Se o engajamento em função de uma lógica de retribuição monetária não se fez expressar de modo mais incisivo, isso se deve provavelmente ao fato de que o formulário se apresentou mais como instrumento de exame do que de uma avaliação sem implicações.

O próprio processo de engajamento no curso de formação e as expectativas de atuação junto às comunidades acabaram formatando e fazendo destacar uma outra lógica de retribuição: a da valorização profissional numa atuação junto a um objeto simultaneamente percebido como exótico e com o qual os militantes tendem a construir vínculos de identidade “originários”. Essa lógica de retribuição, que acabou se tornando a mais presente – a da valorização profissional através das atividades militantes –, é tanto mais pertinente porquanto 30% dos entrevistados tinham uma formação superior, a maior parte dos quais em áreas sociais ou afins. A falência dessa lógica de retribuição se deve ao fato de que a direção do projeto não se interessou por essa expectativa e frustrou a explicitação de projetos encaminhados nesse sentido.

O único caso em que o projeto quilombola acabou contemplando as expectativas de sobrevalorização profissional aconteceu com relação aos agentes oriundos da academia (de onde redundou este texto como expressão).

Mais de 70% dos iniciados abandonaram o projeto pelos motivos mais variados. Se agruparmos esses motivos numa tipologia, poderemos, pela negativa, verificar as lógicas de engajamento frustradas no/pelo projeto. Uma das cau-

sas mais explícitas de abandono liga-se ao modo de gestão dos recursos disponíveis para o projeto. A precarização do trabalho militante por parte da Secretaria do Trabalho explicitou as duas grandes lógicas em contraposição: uma lógica política, que busca a valorização da performance política, e outra que se engaja numa possibilidade de realização militante e de valorização dos recursos profissionais acumulados anteriormente ao engajamento.

A lógica desse engajamento militante precisa expor escassos trunfos, exibidos entre demonstrações de experiências militantes e profissionais anteriores, acúmulos no curso e idas às comunidades. A dupla subordinação, aos especialistas da mediação acadêmica e aos profissionais da política, deixa esses militantes duplamente destituídos sob uma precária estratégia de demonstração de sensibilidade para o reconhecimento dos problemas e de respeito à comunidade.

#### DA MILITÂNCIA POLÍTICA

De certo modo, nos engajamentos mais variados na problemática, a lógica de retribuição mais bem-sucedida foi certamente a do político-militante com cargo na estrutura governamental mais diretamente vinculada à problemática. Nessa posição está em jogo a produção do reconhecimento público do vínculo entre o agente, a estrutura governamental e a causa pública, e a disputa pelo monopólio da condição de porta-voz legítimo da causa está favorecida por toda uma série de recursos de autoridade – que vão desde o controle dos rituais de institucionalização até o domínio sobre a alocação dos recursos materiais necessários à produção da visibilidade pública da problemática.

A expressão “militonto” demarca, por estigmatização, as trajetórias iniciantes, descritas acima, daqueles com alguma vocação de profissionalização na política. Essa é uma expressão utilizada por militantes com cargos ou aspirações a cargos políticos que têm trajetória por partidos e sindicatos, conhecem os “macetes” da política e podem dar um norte a suas atividades políticas.

Na noção de uma política norteada, confundem-se a orientação e o enquadramento da ação política numa formatação ideológica *ad hoc*, e os investimentos voltados para a legitimação de posições políticas ocupadas ou almeçadas através da capitalização de redes de reciprocidade.

Tendo passado por movimentos estudantis, sindicatos, partidos políticos

e movimentos sociais, esses candidatos a profissionais da política estão habilitados por toda uma competência construída por anos de enfrentamento das censuras do espaço público. O grau de desprendimento e, sobretudo, os apoios locais tecidos nos bastidores das assembléias permitem a esse tipo de agente construir a aspiração à ocupação dos espaços de disputa para a definição da condição de porta-voz legítimo.

O que se estabelece nesses processos é um quadro de concorrência pela monopolização da fala pública legítima em nome dos interesses da etnia dominada e que envolve administradores, antropólogos, agentes de Justiça e militantes do movimento negro e sindical, entre outros. Esse é apenas mais um dos espaços de constante conflito envolvendo antropólogos, agentes do Estado e militantes do movimento negro, como principais protagonistas de trajetórias destinadas ao enfrentamento pela distância nas posições, trajetórias, recursos e, conseqüentemente, na tomada de posições. Sob lógicas de engajamento e de retribuição muito diferenciadas, portadores de recursos substancialmente desiguais, esses agentes tendem não apenas a produzirem retóricas diferentes, mas com frequência envolvendo agressivos jogos de força.

Os militantes do movimento negro tendem a legitimar o assalto ao monopólio da fala pública em nome de uma outra modalidade de sensibilidade social, “mais à flor da pele”, construída na edificação de narrativas biográficas alicerçadas na lógica do ressentimento e, sobretudo, num antiintelectualismo tanto mais agressivo quanto maior a condição de dominado, não apenas no espaço acadêmico, mas, sobretudo, nesse espaço de mediação em que posições acadêmicas podem ser reconvertidas em formas de capital político.

Acusados de importação de problemáticas de uma realidade racial diferente da brasileira, na verdade – nessa luta pela definição das propriedades pertinentes à definição da condição de porta-voz legítimo das diferenças subjugadas – os militantes se alimentam tanto de símbolos do “Atlântico Negro” como do processo de retradução dos resultados das pesquisas antropológicas.

Na debilitação das tomadas de posição dos militantes pesa o fato da substituição das condições de produção dos discursos que detalham esses “modos de viver” exemplificados para resgate de políticas especiais. Pouco preparados também para o detalhamento dessas políticas especiais e, sobretudo, precaria-

mente situados numa perspectiva global – o que reforça a impressão de uma racionalização discursiva muito embrionária –, os militantes do movimento negro perdem dos dois lados da corrida em direção à legitimação da condição de representante legítimo de uma causa já amplamente reconhecida pelos esforços do mesmo movimento.

A debilitação da posição e das tomadas de posição da representação negra favorece a limitação da sensibilidade pública para com os efeitos do racismo e reduz os compromissos estatais para com o anti-racismo à retórica, de tal modo que, quando as políticas de Saúde, por exemplo, chegam aos setores com menos poder de mobilização de recursos, estejam esgotadas sob vários aspectos. Retardadas comparativamente às demandas de outros setores, deslegitimadas pela luta com os agentes oriundos da academia e dotados de recursos de construção de mais amplas audiências, as demandas do movimento negro ascendem debilitadas às arenas públicas, produzem retornos deficitários para os militantes engajados na problemática e pouca eficiência na proteção efetiva do público-alvo.

Por outro lado, os políticos profissionais, sobretudo os de esquerda<sup>31</sup>, voltados para as políticas sociais, têm buscado e conseguido, graças a seus recursos políticos, tomar a direção do processo suscetível de servir de vetor a essas demandas étnicas e lhes concedem direções mais conformes às lógicas políticas de engajamento e de busca de retribuições a que estão acorrentados. Mesmo se as tomadas de posição desses políticos profissionais parecem obedecer a princípios de produção éticos (sob a idéia da justiça social ou da defesa dos oprimidos), na “verdade a utilização desse repertório se revela muito rentável politicamente porque muito evocador, suscetível de múltiplas traduções junto aos profanos e por isso fonte de mobilização alargada” (Gaxie, 1990). Voltados para uma lógica que busca menos a precisão das modalidades de equacionamento das políticas do que sua inscrição solene nos rituais da política, é a representatividade social, mais do que a especialização política, que parece nortear essa prática política imbuída de um forte senso de reciprocidade e de fidelidade nas trocas interpessoais.

---

<sup>31</sup> Mas é preciso aqui considerar que “estranhas homologias aproximam os partidos ideologicamente mais distantes quando eles ocupam as mesmas posições”. Mais adiante, Gaxie (1990) acrescenta: “Repousando sobre distinções simples – individual contra coletivo, responsabilidade ou solidariedade, generosidade ou gestão, serviço público ou setor privado, social ou econômico – é um dos mitos – com certeza o mito – fundador das clivagens políticas”. (1990: 193).

Prensados entre políticos e especialistas das diferenças, os militantes se vêem aliciados a modestas carreiras que expressam posições dominadas em cada um desses campos.

### **DAS LIDERANÇAS LOCAIS**

Destacam-se como lideranças locais agentes com trajetórias que forjaram vínculos fora do grupo e que são constitutivos da noção do grupo como comunidade. Por essa trajetória externa aos círculos locais da comunidade, capaz de forjar, senão um capital social, pelo menos alguma capacidade de tradução dos discursos oficiais, com frequência as lideranças chegaram de fora ou fizeram uma longa temporada fora da comunidade. Mas esse acúmulo nunca é relevante a ponto de forjar aspirações extralocais.

Encontramos na comunidade de São Miguel (Restinga Seca/RS), por exemplo, duas lideranças que chegaram a encaminhar projetos políticos mais ambiciosos, como chegar à Câmara Municipal na condição de vereador. A anedota local é a de que essas lideranças não tiveram sequer o voto familiar. Se é inegável o prestígio dessas lideranças, pelo menos no círculo da família extensa de inserção, talvez a explicação para o fenômeno seja aquela clássica desde Clastres (1998): a de uma política da comunidade que poda as pretensões individuais que possam se colocar acima do grupo.

O reconhecimento e o prestígio como liderança local são construídos em torno de pequenas reivindicações locais, como um posto de Saúde ou o encargo de pagar impostos para o conjunto ou parte importante do território do grupo.

As primeiras reuniões na comunidade se dão sob o efeito-censura que a constituição de um espaço oficial impõe aos destituídos dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada e passível de disputar politicamente.

A censura se dá como senso de posicionamento lingüístico, que é a incorporação da avaliação externa do valor dos próprios produtos lingüísticos. Esse senso impõe um grau de coerção sobre as possibilidades de intervenção discursiva no espaço de uma reunião, tanto maior quanto mais se conjugar uma série de fatores – como a presença de agentes externos dotados da expressão oficial mais ou menos distante da experiência local, a forma como os homens se apropriam

dos poucos momentos de expressão local, reforçando a censura de classe com uma censura de gênero, e a tendência à constituição de um centro de emanção da fala autorizada em nome da comunidade e monopolizado por algumas poucas lideranças.

Quando essa censura é em algum grau vencida, emergem os conflitos de interpretação.

Num primeiro momento, há uma sobreposição de textos culturais que estão sendo negociados, reinterpretados e reelaborados à medida que a problemática evolui na comunidade. Para os mediadores externos oriundos do movimento negro, está em jogo um processo de construção de uma problemática política segundo um modelo de estruturação corporativa de interesses e de patrimonialização de emblemas culturais. Para as lideranças locais, trata-se de um novo espaço para reconversão de relações de forças previamente existentes. A consolidação desse espaço de mediação tende a colocar em concorrência ou em associação (inclusive num único ator social) esses quatro tipos de trajetórias: lideranças locais, militantes não-profissionais, profissionais da política e acadêmicos.

### DA ACADEMIA

Aos acadêmicos cabe, geralmente, uma estratégia que associa as demandas da comunidade à valorização do produto acadêmico. Essa estratégia passa também por neutralizar os militantes e políticos, vistos como o lugar de emergência de demandas simultaneamente concorrentes e menos lúcidas, porque mais imediatamente engajadas e menos voltadas para um exercício da hermenêutica como método.

Contra a essencialização dos símbolos mais diacríticos de identidade étnica, os antropólogos estão, com frequência, esgrimindo novos detalhes técnicos de uma particularização mais minuciosa das identidades em emergência e totalizando os detalhes em complexos textos culturais para cuja produção os militantes não podem concorrer, por carência de recursos técnicos. Sobretudo, os antropólogos vêm, nos últimos anos, insistindo em recuperar metanarrativas sobre a identidade nacional que se contraponham à “importação” militante de discursos raciais essencialistas<sup>32</sup>. Envolvidos num espaço de mediação e de concorrência que demanda dos cientistas o exercício do lugar de censor público, antropólo-

gos vêm fazendo um uso social da ciência assente, sobretudo na exibição e na pretensão a uma sensibilidade às diferenças étnicas que os transformam nos “porta-vozes naturais” dos mais diminuídos da condição de exercício da fala pública.

A corrida em direção à demonstração de competência faz com que duas estratégias se instalem: a da demonstração de conhecimentos técnicos e a do trabalho de exposição de uma certa eticidade. Sobretudo, a disputa passa a se dar em torno das possibilidades de se constituir “o pleito da comunidade”. A legitimação da ação militante passa pela definição de que o pleito existe ou é resgatável como “tomada de consciência” dos direitos.

### **POR UMA FUNDAMENTAÇÃO PRAGMÁTICA**

A defesa da posição escolástica, exposta grosseiramente acima, pode ser defendida desde o prisma do que se pretendia neste artigo apresentar como abordagem pragmática, por oposição à abordagem crítica experimentada acima. Sob a abordagem pragmática, o laudo tenderia a se apresentar como um tipo de regularidade discursiva que explora a complexidade das argumentações em jogo em favor de uma nova institucionalização do estado das lutas sociais, uma redefinição dos problemas sociais que se dê em favor das vozes menos audíveis na esfera pública.

A exposição do *a priori* dessa formação discursiva passa pela análise de suas relações com o espaço político e jurídico que demanda o laudo. Não se trata apenas de constrangimentos externos na forma de censura, mas da conformação de objetos técnicos – laudos – a partir de recursos argumentativos construídos a partir de princípios de pluralismo e da simetria.

*“Dessa importância do pluralismo se deduz a utilização constante que a sociologia pragmática faz do princípio da simetria. Este princípio foi de início proposto por David Bloor como um dos postulados metodológicos do programa forte em sociologia das ciências: afirma que a sociologia deve explicar da mesma maneira o verdadeiro e o falso, o sucesso e o fracasso científico (...). No quadro da abordagem pragmática, o*

---

<sup>32</sup> A posição construtivista de boa parte dos antropólogos brasileiros com relação às discussões sobre as categorias raça e etnia tem, por vezes, concorrido com formulações de setores do movimento negro na definição do que seria a categorização mais legítima da identidade nacional, quando essa parte do construto social deveria ser levada em conta em sua contribuição para a reconstrução das nomenclaturas e, portanto, do real, que é sempre um arbitrário social.

*princípio de simetria se generalizou: simetria dos humanos e dos não-humanos, dos Modernos e dos não-Modernos, simetria das ciências da Natureza e das ciências sociais, simetria da ação e da justificação, das causas e das razões da ação etc.” (BENATOÛIL, 1999, 296).*

Se o que estava em jogo na matriz epistemológica bachelardiana (a escola de Paris) era acusar a lógica intelectual-populista que camufla interesses escolásticos sob interesses comunitários-populares, o que neste tópico precisa emergir, como outra dimensão do laudo, é sua capacidade de recuperar argumentos nativos e colocá-los em situação de simetria com aqueles instituídos no campo jurídico, é expor a memória oral sobre a terra como justificação, como construção com o mesmo peso que o de documentos preservados em arquivos oficiais. Uma abordagem pragmática tem o sentido político de servir de “arma para esses cujos argumentos tendem a ser desqualificados *a priori*” (Bénatouil, 1999: 281) pelas representações dominantes.

A contribuição do laudo como intervenção mediadora dá-se no sentido de favorecer o equilíbrio de poder entre as múltiplas forças em jogo. Tal contribuição passa pela exposição dos referenciais privilegiados das arenas públicas, tanto para torná-los instrumentalizáveis por aqueles que não possuem o capital lingüístico e político para se impor no campo político, como no sentido de desconstruir as naturalizações estabelecidas.

No modo como comumente são pensadas as culturas tradicionais a serem preservadas, elas nos são apresentadas como se encapsuladas por uma cultura política e por uma escrita que lhes fossem completamente exteriores. Na verdade, entre o que aqui se escreve sobre São Miguel e a cultura desses sujeitos, pode-se estabelecer uma fronteira e dizer que existe algo como a cultura de São Miguel e que é absolutamente externo a este texto? Ou, do texto legal que diz que “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras”, se pode dizer que se trata de um enunciado externo à cultura indígena? As múltiplas narrativas que emergem numa situação de elaboração de reivindicações territoriais se desdobram numa multiplicidade de textos orais e escritos, de conformações territoriais porosas e sobrepostas.

Sob a perspectiva pragmática, o que está em jogo, em termos de uma política da ciência, é a contribuição no sentido de se alargar o espaço da representação política, de modo a fazê-lo incluir os grupos que, engajados apenas na

experiência ordinária, têm suas expectativas e senso de justiça excluídos das esferas especializadas de argumentação. Se, na terminologia de Bourdieu (1989), assumíssemos que o campo político é o lugar de uma espécie de cultura esotérica, feita de problemas completamente estranhos ou incessíveis ao comum, de conceitos e de discursos sem referente na experiência do cidadão comum e, sobretudo, de distinguos, de matizes, de sutilezas, de agudezas, a contribuição do laudo poderia se dar no sentido da quebra dessas fronteiras do campo político (e, simultaneamente, do jurídico).

Por meio da utilização do capital escolástico (tempo e acervo de recursos de modelização de argumentações), em favor das posições mais fragilizadas das arenas de embates, o laudo apareceria como possibilidade de ajudar os não-iniciados a se fazerem entender em fóruns especializados.

Se a assimetria entre os conceitos especialistas e o saber local é um efeito de constituição dessas esferas especializadas de concorrência – que Bourdieu denomina de campo –, a confluência das duas perspectivas críticas, a praxiológica e a pragmática, pode se dar por uma operação que potencializa a desnaturalização dos arbitrários instituídos oficialmente, através dos conceitos mais distantes desses universos especializados da política e do Direito, ao mesmo tempo em que promove os saberes locais e revitaliza as tomadas de posição mais desfavorecidas das arenas de embate. Tal operação teria início com o resgate da idéia seminal de que, para o caso em pauta – o das comunidades remanescentes de quilombos –, a dimensão simbólica, constituída pelo grupo ao longo de gerações, “não é o semiverdadeiro, mas o pré-verdadeiro, isto é, o importante ou o relevante: ele diz respeito não ao que ‘é o caso’, mas ao que importa no que é o caso, ao que interessa para a vida no que é o caso”, teria dito Viveiros de Castro em outro contexto de discussão, mas que interessa importar aqui (Viveiros de Castro, 2002:137).

Uma postura epistemológica mais pragmática do que crítica inscreve o laudo no lugar de emergência dos registros de legitimação (enquanto horizonte geral de sentido) carregados por vários setores de grupos demandantes. Devido à forte articulação entre a dimensão técnica e a dimensão moral, a atividade de confecção do laudo tem dimensões normativas implícitas que matizam o corte da Sociologia tradicional entre julgamentos de fato e julgamentos de valor, ainda que

essa distinção continue sendo um horizonte regulador da atividade do pesquisador.

Contra a redução do debate aos termos de uma controvérsia técnica ou política estabelecida, a abordagem antropológica abriria, desse modo, o espaço para a possibilidade da reapropriação do discurso frágil e inusitado daqueles cuja impotência discursiva, devido aos efeitos de especialização das esferas políticas e jurídicas de atuação, reduziria à condição de profanos da política e do Direito.

O esforço, aqui, para realizar os possíveis nativos como outras formas de pensar a justiça, a política ou mesmo a ciência, faz o pensamento nativo irromper nas arenas oficiais com a estranha potencialidade de uma alteridade simultaneamente ausente e reivindicada como sintoma de uma incompletude. Não se trata apenas do slogan de que a justiça não se realiza sem que essas territorialidades sejam protegidas, mas de tomar conceitos nativos como conformadores de virtuais cidades de justiça, tão pertinentes quanto aqueles que se impõem pela conformação dos campos especializados da política e do Direito como mercados especializados de bens simbólicos.

### CONCLUSÃO

Concluo, defendendo a posição de que o laudo só escapa ao caráter de perícia instituinte e coadjuvante dos procedimentos administrativos e judiciais se, paradoxalmente, enfatizar seu caráter de intervenção acadêmica junto a arenas jurídico-administrativas – isto é, se for capaz de se fundamentar epistemologicamente a partir de uma perspectiva pragmática que evita a questão da neutralidade, que relativiza a hierarquia dos discursos instituídos e que aprofunda substancialmente as perspectivas nativas em jogo, buscando recursos argumentativos, inclusive nas tradições jurídicas e filosóficas que estão fora do horizonte de justiça local. Trata-se não apenas de se explicitar os suportes filosóficos subjacentes aos sistemas de ação e às reivindicações locais, mas de aprofundá-los a ponto da reconstrução dos pressupostos subjacentes, num sistema de explicitação da expectativa de justiça jamais formulado completamente pelo ator em questão.

Mas a análise não poderia estancar nesse momento da promoção das perspectivas locais. O cenário seguinte seria o da abordagem crítica: o percurso social do laudo, seus efeitos de autoridade, os usos sociais de que seria alvo, as

promoções e demais dividendos arrecadados pelos autores – todas essas seriam dimensões ao gosto de uma Sociologia crítica que, inclusive, poderia ser arriscada pelas mesmas pessoas que elaboraram o laudo, agora desde um outro lugar de sujeito.

Nessa junção de perspectivas em dois momentos, está em jogo simultaneamente “exorcizar o sonho da ‘ciência real’ investida do direito regalista de *regere fines* e de *regere sacra*” (Bourdieu, 1989: 116) e o encastelamento das ciências sociais na cômoda posição epistemológica que não se deixa contaminar pela retórica militante.

Entre a causa da ciência e a causa das comunidades não-científicas, cumpre entender que tanto a causa científica como os interesses alienígenas a esse espaço estão em processo de formação e disputa, e que a própria fronteira é o lugar de convite a jogos complexos de identidade e a nomadismos. A situação de elaboração de um laudo interfere na formulação e na formatação de ambos: os interesses das comunidades científicas e os das não-científicas.

As diversas instâncias de formulação oficial dos “interesses da comunidade quilombola”, por exemplo, assim como o engajamento de cientistas na empreitada de elaborar um laudo, desestabiliza posições consolidadas tanto no espaço de correlações de força no interior das comunidades, como sobre as lógicas do fazer científico.

E se diria, na reflexão sobre o laudo, o que já se diz em outras circunstâncias, que se “tem de reconhecer a força da escrita, sua metaforicidade e seu discurso retórico, como matriz produtiva que define o ‘social’ e o torna disponível como objetivo de e para a ação. A textualidade não é simplesmente uma expressão ideológica de segunda ordem ou um sintoma verbal de um sujeito político pré-dado” (Bhabha, 1998: 48).

Contra a redução do debate aos termos de uma controvérsia técnica ou da política estabelecida, a abordagem antropológica poderia abrir espaço para a possibilidade da reapropriação do discurso frágil e inusitado daqueles a quem a redução à impotência social impede de se apropriarem do direito e do lugar ao sol do debate nas grandes arenas. Em lugar de substituir esse contendor através da apresentação de sua verdade subjacente ou da verdade das disputas em jogo, trata-se de explorar a complexidade das argumentações possíveis de serem de-

envolvidas em favor e com esses grupos mais desprivilegiados, e, simultaneamente, de não abrir mão da perseguição expositora dos efeitos lucrativos da disputa pelo lugar de porta-voz.

## **BIBLIOGRAFIA**

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, pp. 42-69.

BENATOÛIL, T. “*Critique et pragmatique en sociologie: quelques principes de lecture*”. In: *Annales HSS*, mars-avril 1999, n ° 2, pp. 281-317.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Ed. Da USP, 1996.

BOURDIEU, P. *Poder simbólico*. Lisboa: Ediel, 1989.

BOURDIEU, P. *Meditações pascalinas*. Oeiras: Celta Editora, 1998.

BOURDIEU, P. et al. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado: pesquisa de antropologia política*. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1988.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das Ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

LENOIR, R. “*Objeto Sociológico e Problema Social*”. In: CHAMPAGNE, P. et. al. *Iniciação à Prática Sociológica*. Petrópolis, Vozes, 1998. p. 59-106.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: Ensaios de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “*O nativo relativo*”. In: *Mana*, Rio de Janeiro, 2002. 8(1). pp. 113-147.